



Bahls SC*
Selig GA**
Bernardi MG**

* Prof. Adjunto UFPR e Unicenp
** Alunas Curso de Psicologia UFPR

Unitermos:

Tratamento psicofarmacológico. Conceitos.
Estudantes de psicologia

Key words:

Psychotropic drug treatment. Concepts.
Psychologist students.

LEVANTAMENTO DE OPINIÃO EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA SOBRE O TRATAMENTO PSICOFARMACOLÓGICO

PSYCHOTROPIC DRUG TREATMENT OPINION SURVEY IN PSYCHOLOGIST COLLEGE STUDENTS

RESUMO:

Objetivos: Avaliar a opinião sobre a utilização de psicofármacos no tratamento das doenças mentais em estudantes de psicologia. **Método:** Aplicação de um questionário com questões fechadas, a 180 estudantes, sobre a utilização de medicamentos psiquiátricos. **Resultado:** Dos questionários aplicados, somente 172 foram analisados – os outros estavam incompletos. Ficou demonstrada uma aceitação pessoal de utilização de psicofármacos de 52% contra 12% de rejeição direta. 36% dos participantes acreditam que os psicofármacos trazem benefício e 20% pensa que são prejudiciais. Quando a análise inclui aqueles que têm dúvidas sobre a utilização de medicamentos psiquiátricos a taxa de rejeição sobe de 48 a 64%. A proporção de participantes que recomendam a utilização de psicofármacos no tratamento da esquizofrenia foi de 36% e de 70% na depressão grave. **Conclusões:** A taxa de rejeição e desconhecimento sobre o tratamento psicofarmacológico nos estudantes de psicologia é alta e semelhante a encontrada nas pesquisas sobre a população em geral. Mais pesquisas são necessárias para entender as concepções relativas à utilização de medicação psiquiátrica e campanhas públicas e específicas de prevenção são necessárias para esclarecer os reais efeitos e benefícios desta.

ABSTRACT

Objectives: To evaluate the opinion about psychotropic drug treatment in mental disorders, in psychologist college students. **Method:** Application, in 180 students, a questionnaire with closed questions about psychotropic medication. **Results:** From the questionnaires answered by students, just 172 had been analyzed - the others were incomplete. There was shown 52% acceptance of personal use against 12% of directed rejection. And 36% of the participants believed that psychotropic drugs have beneficial effects against 20% that believed they are harmful. When the analysis included those with doubt about psychotropic medication the rate of rejection increased from 48 up to 64%. The proportion of the participants that recommend drug treatment for schizophrenia was 36% and for severe depression was 70%. **Conclusions:** The rate of rejection and unknowledge about psychotropic treatment in psychologist students is high and similar that found in general population researches. More researches are necessary to understand the concepts related to the psychiatric drugs, and public and specific campaigns are needed to clarify their real effects and benefits.

INTRODUÇÃO

As doenças psiquiátricas são responsáveis por uma considerável incapacitação da população. Calcula-se que uma em cada quatro pessoas deve apresentar um transtorno mental ao longo da vida e que cerca de 34 milhões de brasileiros estão sofrendo de algum transtorno mental. Das dez doenças mais incapacitantes, cinco são transtornos mentais, que, em conjunto, representam 22% de todas as causas de incapacitações por doenças (1,2).

Considerando-se somente a depressão maior, esta será, no ano de 2020, a segunda principal causa de incapacitação causada por doenças. Tem sido amplamente destacada a relevância desta patologia, atualmente considerada um dos principais problemas de saúde pública no mundo (3,4).

Apesar da importância dos transtornos mentais e de seus tratamentos, muito pouco se conhece sobre conceitos e atitudes da população sobre estas questões. Phelan e colaboradores (5) acompanhando a evolução da opinião pública em relação a psicofarmacologia, em levantamentos nacionais nos EUA, identificaram, no entendimento da população, que este recurso não representa um benefício terapêutico importante.

Em pesquisa de opinião pública sobre a qualidade do tratamento psiquiátrico, realizada na Noruega (6), os autores compararam a percepção da população sobre a qualidade do tratamento psiquiátrico versus o de algumas doenças somáticas. O tratamento foi considerado bom em 71% para doenças cardíacas e 65% para doenças oncológicas; enquanto que para doenças mentais somente 15% consideraram a qualidade do tratamento boa.

Em um dos raros estudos que procuraram avaliar atitudes da população geral o uso de psicofármacos, Angermeyer e colaboradores (7) na Alemanha, obtiveram resultados que indicaram índices duas vezes maiores de rejeição do que de aceitação aos medicamentos. Vinte e cinco por cento respondeu que os psicofármacos causam danos cerebrais irreversíveis e 37% acreditava que ao final de um tratamento os psicofármacos causariam mais doença do que anteriormente ao seu uso.

Como parte da Campanha para Combater a Depressão (8), realizada na Inglaterra, o levantamento de opinião na população encontrou que somente 16% acredita que a depressão merece tratamento com medicamentos, contra 90% que acredita unicamente em aconselhamento como o tratamento correto.

Estes dados contrastam com o fato de que a maioria dos transtornos mentais tem, atualmente, seu diagnóstico bastante bem definido e costuma ser eficazmente tratada com métodos que implicam, geralmente, na utilização de medicamentos psicofarmacológicos. O que pode ser observado claramente em algumas das recomendações do relatório da OMS a serem contempladas por políticas nacionais de saúde: educar a po-

pulação através de campanhas de conscientização, apoiar a pesquisa em saúde mental e disponibilizar medicamentos psicotrópicos (2).

Em revisão da literatura sobre as atitudes da população sobre a doença mental, Bhugra (9) destaca que o tratamento das doenças mentais recebe importante influência do aspecto emocional e informa que poucos estudos são destinados a identificar as atitudes e crenças da população a respeito das doenças mentais. Portanto, observa-se a necessidade de levantamentos que visem compreender melhor as atitudes e crenças da sociedade em geral e de grupos envolvidos com o manejo das patologias mentais. O objetivo deste estudo foi avaliar, em estudantes de psicologia, alguns dados sobre o tratamento psicofarmacológico empregado nas doenças mentais.

MÉTODO

Participaram da pesquisa 180 estudantes de quatro turmas do 2º ano do Curso de Psicologia de uma universidade privada.

No primeiro dia de aula da disciplina de Psicofarmacologia, todos os alunos presentes foram convidados a responder um questionário. A aplicação seguiu um procedimento padrão em cada turma: foi esclarecido o motivo da pesquisa, enfatizado que a participação e o preenchimento do questionário era opcional, assim como, foi assegurado o tratamento sigiloso dos dados fornecidos. Os questionários foram respondidos de forma anônima.

Foi aplicado um questionário fechado contendo perguntas sobre os seguintes pontos: possível conhecimento de familiar em uso de psicofármacos; sua aceitação em caso de recomendação médica; idéia sobre benefício ou prejuízo causado com estes medicamentos; e a indicação dos mesmos em depressão grave e em esquizofrenia. Do total dos questionários, oito foram excluídos por estarem incompletos, portanto, foram analisados 172 deles. Entre os participantes 144 eram do sexo feminino e 28 do sexo masculino, correspondendo respectivamente, a 84% e 16% da amostra.

RESULTADOS

CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO SOBRE O EMPREGO DE PSICOFÁRMACOS

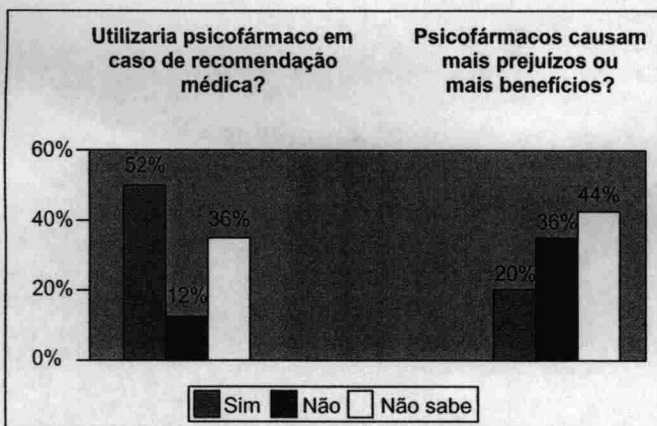
Na questão relativa a ter conhecimento de familiar que utiliza ou utilizou medicamentos psicofarmacológicos 34% dos participantes responderam positivamente, 55% respondeu que em sua família não foi feito uso desses medicamentos e 11% respondeu desconhecer se os familiares fizeram uso ou não de psicofármacos.

Em relação a avaliação sobre a aceitação pessoal sobre o uso de psicofármacos, 52% dos participantes responderam

sim na questão sobre uso pessoal de medicação psiquiátrica caso o médico recomendasse, 12% responderam não e 36% ficou em dúvida respondendo que não saberiam se usariam ou não. Estes dados encontram-se no gráfico 1.

Na investigação sobre a opinião de que os psicofármacos causam mais benefícios ou mais prejuízos, 36% assinalou que causam mais benefícios, 20% respondeu que causam mais prejuízos e 44% não sabiam. Estes dados encontram-se no gráfico 1.

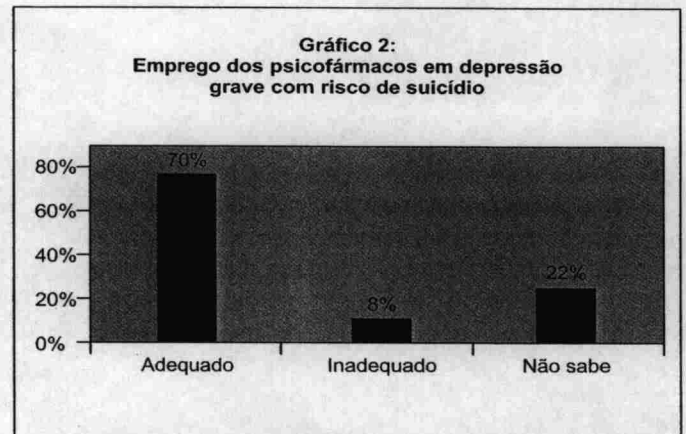
GRÁFICO 1: ACEITAÇÃO SOBRE O EMPREGO DE PSICOFÁRMACOS



COMPREENSÃO SOBRE A INDICAÇÃO TERAPÊUTICA DE PSICOFÁRMACOS EM ALGUNS TRANSTORNOS MENTAIS

Quando indagados sobre o emprego de psicofármacos em depressões graves, envolvendo quadros clínicos com risco de suicídio, 70% dos participantes responderam ser adequado o uso de medicamentos psicofarmacológicos, 8% não consideraram adequado e 22% não sabiam se deveriam ser utilizados ou não. Estes dados encontram-se no gráfico 2.

Na investigação sobre qual seria a principal abordagem terapêutica no tratamento da esquizofrenia, 36% dos participantes responderam como sendo o uso de psicofármacos, 49% indicou as psicoterapias e 15% as abordagens sócio-familiares. Estes dados encontram-se no gráfico 3.



PROVÁVEL IDÉIA PRÉ-CONCEBIDA DESFAVORÁVEL AOS PSICOFÁRMACOS

Foram analisadas duas combinações de respostas na tentativa de identificar provável idéia pré-concebida contrária ao emprego de psicofármacos.

Uma considerando a quantidade de respondedores que assinalaram desconhecer familiar que use medicação psiquiátrica e que também responderam que não aceitariam ou não sabem se usariam psicofármacos em caso de recomendação médica. Foram encontrados 52 participantes, representando 30% da amostra. Destes, 13 participantes responderam desconhecer familiar que tenha utilizado psicofármacos e também responderam que não usariam estes medicamentos em caso de recomendação médica, alcançando 7,5% do total.

A outra combinação considerou o grupo de participantes que respondeu desconhecer familiar que use medicação psiquiátrica e que também assinalou acreditar que os psicofármacos causam mais prejuízo do que benefício ou não

saber se causam mais benefícios que prejuízos. Foram encontrados 74 participantes, representando 43% da amostra. Destes, 25 participantes responderam acreditar que os psicofármacos causam mais prejuízos do que benefícios, alcançando 14,5% do total.

DISCUSSÃO

Encontramos, em nossa pesquisa, uma aceitação pessoal de utilização de psicofármacos em aproximadamente metade (52%), e a opinião de que estes medicamentos trazem benefícios em aproximadamente um terço (36%), respectivamente, da população avaliada.

A parcela direta de rejeição foi de 12%, representando aqueles que não usariam psicofármacos mesmo o médico os recomendasse. E encontramos que 20% dos estudantes acreditam que estes medicamentos causam mais prejuízos do que benefícios. Portanto, podemos considerar que, neste grupo de estudantes, o grau de rejeição direta dos psicofármacos situa-se entre 10 a 20%. Destacando que 14,5% dos participantes, apesar de desconhecerem familiar que utilize estes medicamentos, mesmo assim, acham que não representam um recurso terapêutico válido, considerando que causam mais prejuízo do que benefício aos pacientes.

O grau de rejeição sobe para 48 a 64% quando se acrescenta a parcela dos pesquisados que não sabem se usariam ou não em caso de recomendação médica (48%) ou aqueles que têm dúvida sobre o efeito benéfico ou prejudicial dos medicamentos (64%).

Nossos resultados, em relação à não aceitação dos psicofármacos, são semelhantes aos encontrados na literatura, em pesquisas que avaliaram a população geral. Na pesquisa⁶ norueguesa 60% dos entrevistados consideraram que a qualidade do tratamento psiquiátrico não é satisfatória. Na Alemanha⁷ o grau de rejeição dos psicofármacos (38%) foi o dobro do de aceitação (19%) e nos EUA⁵ a população não reconhece a psicofarmacologia como um recurso importante de tratamento.

Quanto à compreensão dos psicofármacos como recurso terapêutico em quadros clínicos como depressão grave a aceitação entre os estudantes foi de 70%, nível considerado alto quando comparado aos estudos na Alemanha, de Angermeyer e cols.⁷ de 15% e ao realizado na Inglaterra, de Baldwin e Priest⁸, que encontrou 16% de aceitação. Acreditamos que a inclusão da presença de risco de suicídio na pergunta que avaliou este item, em nossa pesquisa, tenha influenciado as respostas positivamente. Já, em relação à esquizofrenia, a taxa de aceitação do emprego de psicofármacos foi de 36%, demonstrando um índice de desconhecimento importante por parte dos estudantes, uma vez que segundo a OMS^{1,10,11} os psicofármacos representam recurso terapêutico essencial nesta patologia. Neste caso, nosso

resultado foi próximo, ao obtido na pesquisa alemã⁷ em que somente 20% dos respondedores admitiram o emprego de psicofármacos na esquizofrenia.

Trinta por cento dos participantes da presente pesquisa afirmam que a pessoa com quadro depressivo e risco de suicídio não deve receber medicamento ou não sabem se deveria ser medicada. E 64% não acreditam que a abordagem medicamentosa seja importante no tratamento da esquizofrenia, o que demonstra um nível de desconhecimento significativo, principalmente ao se ter em conta que a presente pesquisa foi realizada com estudantes – e futuros profissionais – da área da saúde mental.

Apontamos, a seguir, algumas limitações deste levantamento. A simplicidade do questionário com sua forma fechada de perguntas, pode obter respostas não totalmente confiáveis. O fato da pesquisa ser realizada em aula da disciplina de Psicofarmacologia pode facilmente induzir um viés favorável aos medicamentos, entretanto, o cuidado do preenchimento ser optativo e anônimo procurou minimizar este fenômeno. Alertamos que os resultados obtidos devem ser entendidos no contexto destas limitações e somente em relação a população estudada, sendo recomendado cautela na generalização dos achados.

CONCLUSÕES

Observamos que o índice de rejeição e desconhecimento sobre o emprego e o benefício dos psicofármacos no tratamento de transtornos mentais entre estudantes do segundo ano de Psicologia é alto e comparável aos encontrados em pesquisas realizadas com a população geral.

Nos dias atuais não é possível deixar de reconhecer a importância, em termos de saúde pública, tanto dos transtornos mentais quanto de seus recursos terapêuticos farmacológicos. Sabe-se que a depressão costuma trazer grande sofrimento e prejuízo para seus portadores, suas famílias e sociedade, mas, ainda é doença pouco reconhecida, ficando a maioria de seus casos sem tratamento e seus portadores, muitas vezes, são vítimas de preconceito^{12,13}.

Já está bastante bem definida a necessidade de uso e a qualidade da resposta terapêutica medicamentosa em quadros como a depressão grave e a esquizofrenia. As dificuldades esbarram no desconhecimento da real dimensão de seus efeitos benéficos, seja por medo de dependência, vergonha ou alguma outra razão^{3,9,14,15}. Várias pesquisas têm identificado a dificuldade que os pacientes com depressão tem com adesão aos medicamentos¹⁶⁻¹⁸, sendo que a maioria interrompe seu uso antes do tempo mínimo recomendado.

Os autores da pesquisa alemã⁷ identificaram três razões principais para a não aceitação da população em relação aos psicofármacos: 1) a preocupação com o risco de fei-

tos adversos, principalmente a possibilidade de desenvolver dependência; 2) o fato dos psicofármacos tratarem somente os sintomas e não as causas dos transtornos mentais e 3) pouca efetividade no combate aos sintomas. Estes motivos de rejeição demonstram que a população não tem uma correta compreensão dos benefícios que os medicamentos psicofármacos costumam trazer para uma significativa parcela daqueles que padecem de transtornos mentais. Não podemos negar que a influência do ambiente social tem sido amplamente negligenciada em relação aos tratamentos com medicações psiquiátricas, e gostaríamos de destacar a necessidade e a importância de campanhas amplas de esclarecimento, para a população, de modo geral, e de modo específico, para os vários tipos de profissionais envolvidos no tratamento dos transtornos mentais, permitindo um adequado conhecimento sobre os reais benefícios e limitações dos tratamentos medicamentosos em psiquiatria.

Devido à relevância alcançada pelos transtornos mentais, sendo alguns deles problemas de saúde pública em todo o mundo, e conhecendo o desenvolvimento e a importância dos medicamentos psicofarmacológicos como o principal recurso de tratamento para tais patologias; entende-se também como fundamental a existência de pesquisas que tragam esclarecimentos quanto à compreensão da população geral e de grupos específicos (envolvidos com os processos de diagnóstico e tratamento dos transtornos mentais) abordando os conceitos e preconceitos relacionados às doenças mentais e aos psicofármacos. Estes dados poderão ser utilizados nas campanhas de esclarecimento implementadas pelas entidades de classe e órgãos responsáveis pela saúde pública.

REFERÊNCIAS

- 1 -Andreasen NC, Black DW. *Introductory Textbook of Psychiatry*. Third Edition. Washington: American Psychiatric Publishing; 2001.
- 2 -Jorge MR, Mari J.. *Novos rumos na saúde mental*. Editorial Folha de São Paulo de 12 de dezembro de 2001.
- 3 -Bahls SC. *Uma Visão Geral Sobre a Doença Depressiva*. *Interação* 2000; 4: 61-73
- 4 -Lecrubier I. The burden of depression and anxiety in general medicine. *J Clin Psychiatry* 2001; 62 (suppl 8): 4-11.
- 5 -Phelan JC, Link BG, Stueve A, Pescosolido BA. Public Conceptions of Mental Illness in 1950 and 1996: What is Mental Illness and Is It to be Feared? *J Health and Social Behavior* 2000; 41: 188-207.
- 6 -Hamre P, Dahl AA, Malt UF. Public attitudes to the quality of psychiatric treatment, psychiatric patients, and prevalence of mental disorders. *Nord J Psychiatry* 1994; 48: 275-281.
- 7 -Angermeyer MC, Däumer R, Matschinger H. Benefits and Risks of Psychotropic Medication in the Eyes of the General Public: Results of a Survey in the Federal Republic of Germany. *Pharmacopsychiat* 1993; 26: 114-120.
- 8 -Baldwin DS, Priest RG. The Defeat Depression Campaign. *Prim Care Psychiatry* 1995; 1:71-76.
- 9 -Bhugra D. Attitudes towards mental illness. A review of the literature. *Acta Psychiatr Scand* 1989; 80: 1-12.
- 10 -Crow TJ, Fallon I, Hirsch S, Moussaoui D. Tratamento. In *Ensinando e aprendendo sobre esquizofrenia: um programa educacional WPA*. Anderasen NC, Costa e Silva J, Crow TJ, Ibor J, Moussaoui D, Setyonegoro K. Eds. Rio de Janeiro: ABP; 1994, p.1-24.
- 11 -Gaebel W. Schizophrenia: treatment issues in the 21st century. In *Search for the causes of schizophrenia*. Vol. V. Gattatz WF, Hafner H. Eds. Berlin: Springer; 2004. p. 459-469.
- 12 -Rabkin JG. Public attitudes toward mental illness: a review of the literature. *Schizophrenia Bull* 1974; 10: 9-33.
- 13 -Roman PM, Floyd Jr. HH. Social acceptance of psychiatric illness and psychiatric treatment. *Soc Psychiatry* 1981; 16: 21-29.
- 14 -Stahl SM. *Psicofarmacologia. Bases Neurocientíficas e Aplicações Clínicas*. Rio de Janeiro: Medsi; 1998.
- 15 -Bahls SC. O Fenômeno da Tolerância aos Antidepressivos. I: Ocorrência e Possíveis Etiologias. *J Bras Psiquiatria* 2002; 2: 54-60.
- 16 -Johnson DAW. A study of the use of antidepressant medication in general practice. *Br J Psychiatry* 1974; 125: 186-192.
- 17 -Katon W, Von Korff M, Lin E, Bush T, Ormery J. Adequacy and duration of antidepressant treatment in primary care. *Med Care* 1992; 30: 67.

18) Lin EHB, Katon W, Von Korff M, Bush T, Simon GE, Walker E, Robinson P. The role of the primary care physician in patients' adherence to antidepressant therapy. *Med Care* 1995; 33: 67-74.

AUTOR PARA CORRESPONDÊNCIA:

Saint-Clair Bahls
Endereço para correspondência:
R. Carneiro Lobo 570 / 1403
Fone/Fax: 41-242-6132
Curitiba, Pr
Cep: 80.240-240
E-mail: scbahls@superig.com.br